

# A ponte Krenak

» CRISTOVAM BUARQUE

Professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)

A Academia Brasileira de Letras (ABL) esperou 70 anos para, em 1997, receber sua primeira imortal. O ingresso de Rachel de Queiroz quebrou o monopólio masculino, mas não rompeu a tradição cultural que caracteriza o Brasil como parte do mundo ocidental: lógico, desenvolvimentista, antropocêntrico em relação à natureza. Da mesma forma, apesar da origem racial do seu fundador Machado de Assis, a entrada de Domicílio Proença Filho, em 2006, representou uma mudança no monopólio da cor branca da pele dos acadêmicos, mas o professor Domicílio é um eminente membro da elite pensante nacional. Embora Gilberto Gil tenha representado um marco na abertura da ABL para artes além da literatura, o que se percebe também em Cacá Diegues e Fernanda Montenegro, não houve ruptura no arquétipo cultural da ABL. Quebrou os monopólios machista e racial, mas não rompeu o monopólio da cosmovisão eurocêntrica: continuamos nas caravelas.

Neste abril, a ABL fez a ruptura ao receber Ailton Krenak entre seus membros. Ele não é apenas um indígena na Academia, é uma nova forma de pensar que a ABL aceita, legítima e enaltece, sem necessidade de abrir mão da visão tradicional da lógica ocidental. Com Krenak, a ABL recebe o pensamento mágico de nossos povos indígenas e quebra o monopólio da cosmovisão greco-romano-renascentista e iluminista.

Em 1985, assisti com emoção ao discurso de José Sarney assumindo a Presidência da República no lugar de quatro sucessivos ditadores

militares. Foi um marco de transformação do autoritarismo à democracia, mas dentro da mesma lógica social, econômica e cultural. Mudou a maneira de fazer política, não os propósitos nem a estrutura da sociedade brasileira que, até hoje, continua devastando a natureza, desigual socialmente, com pobreza, analfabetismo e exclusão. Ao ouvir o discurso de posse de Krenak, minha emoção foi de assistir à inclusão de um mundo cultural relegado por nosso pensamento tradicional: foi como descer da caravela e pisar na areia.

A faixa indígena na cabeça foi símbolo de mudança. Mudou também ao substituir o discurso por uma conversa, como se estivéssemos sentados ao redor do fogo, ouvindo a fala de um contador de histórias de seu povo. Mudou sobretudo no conteúdo. Não mais o monopólio da linguagem escrita e do pensamento ocidental. Sua fala teve a articulação de um universitário jornalista que domina com rigor o idioma português, mas privilegia a fala sobre o escrito, tanto quanto seus antepassados que já pensavam, falavam, filosofavam antes da invenção da escrita e da chegada dos portugueses. Mostrou que aprendeu a ler, escrever, articular o idioma português para transmitir o pensamento de seu povo: na maneira alternativa de ver e entender a realidade.

No seu discurso, trouxe o que está em livros e poemas que ditou: não apenas seu entendimento do mundo como uma realidade separada, mas seu diálogo com o mundo do qual é parte física e espiritual. Na sua cosmovisão, Krenak não é um observador querendo explicar como funciona a natureza, ele é parte dela. Por isso, dialoga com a água do rio, com

árvores da floresta, com pedras das montanhas, com animais de espécies diferentes dos seres humanos e com seus antepassados, sem necessidade do conceito de alma. Ele não é prisioneiro da arrogante lógica antropocêntrica.

Essa é a mudança positiva que Krenak representa no pensamento, na literatura, arte e lógica, sem perder a capacidade de falar com os demais acadêmicos. Continua a usar o cocar, mas o fardão lhe caiu muito bem. Vê-lo e abraçá-lo com a faixa e a farda passa a emoção de que é possível o Brasil casar o lógico e o mágico, o antropocêntrico e o biocêntrico; com esperança de sairmos do impasse de uma civilização que se esgota e caminhamos em direção a um sincretismo que está para nascer. A crise que o mundo atravessa é resultado dos êxitos do progresso baseado na cansa da lógica ocidental. Sem abandonar seus avanços, a humanidade precisa utilizar outras formas de compreensão do mundo, praticando um humanismo que respeite também ao que não é humano.

A ponte pode ser vista como caminho que une, mas também como estrutura que está nas duas pontas. Krenak é, ao mesmo tempo, o outro lado e a ponte. Essa é a emoção de vê-lo ingressar sem perder sua cosmovisão. Sua entrada na ABL é um marco para todos que o receberam, como foi dito pela acadêmica Heloísa Teixeira ao recebê-lo, sob os olhares orgulhosos de todos, especialmente do Antonio Carlos Secchin, que lançou o nome, coordenou a campanha e entregou o diploma, e do presidente Merval Pereira, que coordenou a posse.

## Precificação da vida e incorporação de medicamentos ao SUS

» JANAÍNA MATHIAS GUILHERME

Advogada especialista em direito civil, processual civil e processual penal

» MARIA FRANCISCA DA SILVA SANTOS

Presidente da Associação dos Pacientes com Doenças Neurológicas do Hospital das Clínicas

Apesar da Constituição Federal garantir o direito à vida e à saúde e igualar todos os cidadãos, em função das dificuldades vivenciadas por quem depende do SUS, quem tem condição financeira paga um plano de saúde. Os planos são regidos pelas regras da ANS, que atualiza seu rol de seis em seis meses, nos termos da Resolução Normativa 465/2021, e são obrigados a fornecer os medicamentos que estão nessa lista. Nem sempre o fazem, o que gera a polêmica judicialização da saúde.

No Brasil, ao menos neste momento, já que quando se fala em direito de saúde há uma grande volatilidade nos entendimentos, o rol não é taxativo, e, sim, exemplificativo. Para estar incluído no rol da ANS, o medicamento precisa preencher uma série de requisitos. Quando falamos em SUS, é importante saber se o medicamento está incorporado ou não. Em ambos os casos, existem demandas judiciais, mas cada uma com suas peculiaridades.

A não incorporação, por exemplo, pode se tornar um entrave significativo para o paciente. As demandas judiciais são longas e penosas. Há casos em que o paciente vai a óbito antes que o juiz decida a seu favor. Em outros, a lentidão nas decisões e nos cumprimentos resulta no retardamento do tratamento, gerando consequências severas e irreversíveis. É preciso um combo de fatores para favorecer o resultado almejado.

Para a incorporação de um tratamento ao SUS, é necessário que ele passe por uma análise da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde, e, nesse processo, alguns pontos devem ser analisados. A análise da Conitec é baseada em evidências científicas, considerando aspectos como eficácia e segurança da tecnologia, tudo nos termos do Decreto nº 7.646/2011. No entanto, existem outros fatores que podem levar à negativa do pedido de incorporação ao SUS. Basta uma pesquisa simples para ver que, nos pareceres da Conitec para medicamentos altamente utilizados por pacientes graves mundo afora, são encontradas palavras como “custo adicional”, “mais caro” e “impacto orçamentário”.

Cabe, portanto, o questionamento: Quanto vale uma vida humana? É possível mensurá-la? No terreno do pensamento, o que nos torna humanos é a incansável luta pela felicidade — aqui personificada no direito e na justiça como instrumentos de busca por uma vida com dignidade, algo extremamente profundo que dá contorno a nossa existência e a sua singularidade, que não pode ser medida, nem pesada. Não tem preço! São inúmeros os fatores que levam o médico assistente a prescrever o medicamento A ou B, e o principal deles é o indivíduo. Todos eles passam pela eficácia, mas, para a Conitec, ela não é suficiente.

Inúmeros medicamentos que estão, há anos, no rol da ANS não foram incorporados ao SUS. Ou seja, se a pessoa tem uma doença grave e um plano de saúde, em tese, fará uso daquele tratamento que seu médico sabe que pode lhe salvar a vida ou lhe dar um fim digno, com menos dor. Mas se ela depender do SUS e não procurar a Justiça, poderá ver sua vida minguando lenta e dolorosamente. Onde fica a igualdade prevista na Constituição?

Mesmo ciente de que é impossível não considerar o impacto orçamentário, soluções precisam ser encontradas, porque a vida do usuário do plano de saúde não tem mais valor do que a do usuário do SUS. É preciso pensar em redução de impostos, custos, quebrar patentes, investir em pesquisas e outras soluções. Se alguém precisa perder algo, esse alguém não pode ser o cidadão doente, sob pena de ver sua cidadania ferida de morte.

Há uma nova tecnologia de combate a alguns tipos de câncer que consiste em extrair uma amostra de sangue, tratar os linfócitos e enviá-la aos Estados Unidos, onde eles “aprenderão” a combater a neoplasia. Logo depois, o sangue é infundido no paciente. Esse tratamento custa cerca de R\$ 3 milhões e, aparentemente, somente os planos de saúde têm sido acionados para arcar com ele. Enquanto isso, se esvaem vidas de Marias, Marinas e Josés, todos à espera de se tratar pelo SUS, assim como o fazem outros que têm condição financeira de pagar o plano.

A questão é muito simples: se quem paga o plano faz determinado tratamento e se cura, mas quem usa o SUS tem acesso negado e morre, isso gera ao menos à família do usuário uma expectativa de um direito de reparação, não pela morte, mas porque a ele foi negado o direito de tentar. Fala-se tanto em impacto orçamentário e em medicamento de alto custo, mas, se todos os doentes desse país que não iniciaram o tratamento no momento certo e tiveram prejuízos conhecessem seus direitos, certamente o impacto seria enorme.

A conclusão é de que não somos todos iguais, já que uns podem tratar-se de uma doença devastadora melhor e mais rapidamente do que outros. A diferença está na precificação da vida. A luta pela vida vale muito a pena, tanto no âmbito individual quanto no coletivo, já que é essa luta de massa que faz com que medicamentos sejam incorporados, patentes sejam quebradas e pesquisas sejam iniciadas. Essa reflexão é necessária e urgente, até porque não há nada mais urgente do que a vida e a dignidade humana.



## Mudança climática e estratégia corporativa

» CAMILA CHABAR

Especialista em clima e coordenadora do curso estratégia climática para negócios da Trevisan Escola de Negócios

Velocidade com que a mudança do clima vem ocorrendo mostra claramente um desequilíbrio de um processo natural do planeta. Mas, apesar de acordo com o IPCC AR6, relatório que reúne cientistas do mundo todo, as ações humanas, em especial a queima de combustíveis fósseis, é a principal causa dessa alteração.

Os países têm debatido como combater as alterações climáticas desde a década de 1970, mais fortemente a partir da década de 1990, com vários acordos importantes, incluindo o Protocolo de Quioto e o famoso Acordo de Paris. Mas, apesar dos esforços, cientistas do IPCC consideram que, atualmente, a temperatura média da Terra aumentou 1,1°C, e as consequências já são significativas.

O custo desse impacto é uma realidade também para o mundo corporativo e deve entrar na matriz de risco das empresas. Além de reduzir suas emissões de gases de efeito estufa (GEE), as companhias precisam se adaptar às consequências que já afetam os negócios.

O Fórum Econômico Mundial estima que o custo global dos danos causados pelo clima ficará entre US\$ 1,7 trilhão e US\$ 3,1 trilhões por ano, até 2050. Isso inclui impactos em infraestruturas, propriedades, agricultura e também

na saúde humana. Prevê-se, ainda, que esse custo aumente ao longo do tempo, de forma proporcional à gravidade do cenário.

Considerando a urgência do assunto, desde a COP 26 vimos um aumento de empresas se comprometendo a serem “Net Zero”, compreendendo esforços para diminuir em até 90% as emissões de GEE e a compensação do restante. Dessa forma, a ação humana não mais emite, e o planeta não aquece mais. Bonito na teoria, difícil na realidade.

A cada cinco anos, os países devem avaliar o seu progresso na implementação do Acordo de Paris por meio de um balanço global. Mas o primeiro relatório, divulgado em 2023, alertou que “o mundo não está no caminho certo para cumprir os objetivos de longo prazo”.

Em um cenário de emergência, governos ao redor do mundo iniciaram um reforço para que as empresas cumpram com seu papel na descarbonização por meio de regulamentações cada vez mais exigentes. O conhecido Green Deal europeu, pacto ecológico que inclui a taxação de carbono para empresas que exportam para a Europa, ou mesmo o aumento de mercados regulados de carbono em países como China, Coreia e Colômbia mostram que os países estão correndo atrás do prejuízo.

No Brasil, apesar de ainda estarmos no debate legislativo para um mercado regulado oficial, temos normas que exigem que empresas reportem, monitorem e expliquem — ou seja, uma regulamentação proativa que quer, de fato, entender não só números, mas a gestão do tema.

Portanto, o setor produtivo é parte do problema, mas também sofre com os impactos. Por isso, a mudança climática precisa estar na estratégia corporativa, com a devida compreensão e o entendimento técnico para não afetar a reputação da empresa. Capacitar equipe ou ter um acompanhamento de especialistas é essencial. É preciso também ter definido qual o objetivo principal da empresa: ser Net Zero? Responder a legislações, orientações estruturadas e relatórios para o mercado? Alinhar expectativas de investidores? Essa clareza é decisiva para os próximos passos.

Mas nada disso é tão importante quanto ter o assunto como prioritário na mesa do alto escalão, porque a mudança do clima não é um assunto apenas de áreas de sustentabilidade. É um tema de gerenciamento de riscos, de compliance, de estratégia. Se a alta liderança não tem o assunto dentro de sua matriz de prioridades, muito dificilmente a empresa conseguirá lidar com o clima de forma eficiente e eficaz. E isso investidores farejam com facilidade.